

CAMPINA GRANDE: IMAGENS, TRABALHO E HISTÓRIA¹

Severino Cabral Filho²

O nosso objetivo no presente texto é focalizarmos os impactos do ideário *modernizante* presente nas mentes dos homens de letras de Campina Grande. Como esse ideário e o próprio processo de modernização, símbolos da grandeza e do progresso desta cidade, refletiram sobre o trabalho e sobre os seus trabalhadores. Resumidamente, tal processo modernizador implicou em atualização tecnológica nos meios produtivos assim como na emergência dos chamados equipamentos de conforto. Importa para nós, nesta oportunidade, nos voltarmos para o *Trabalho* e a sua realização no espaço urbano. Assim, abordaremos o trabalho em suas dimensões tradicional e modernizada.

Para tanto recorreremos a um conjunto de materiais que, acreditamos, nos possibilitam uma visão mais ampla deste processo: imagens fotográficas e matérias veiculadas pela imprensa paraibana e campinense em particular. Estamos certos que, uma vez cotejados com a devida atenção e cuidado, estes materiais podem nos revelar, por ângulos diferentes mas que se complementam, fragmentos de experiências vividas em Campina Grande no decorrer da década de 1930.

O Trabalho no âmbito do Costume e da Tradição

É num contexto de euforia econômica, propiciado pelo promissor comércio algodoeiro, que nos encontramos com Campina Grande nos inícios da década de 1930, cidade cuja elite elaborava para si um modelo de vida urbana baseada em premissas formuladas numa racionalidade científica, de matriz européia, onde pontificavam os ideais de progresso, civilidade e desenvolvimento. Por outro lado o ideal do trabalho como princípio fundante daquela sociedade já vinha sendo difundido de uma maneira até certo ponto sutil: de *princesa* da Borborema³ Campina Grande estava sendo elevada à condição de *rainha* nos discursos cuidadosos e eufóricos de sua elite, uma vez que aquela cidade destacava-se no cenário nordestino como uma considerável exportadora de algodão, advindo desta atividade as principais fontes de receita do município, cujas contribuições aos cofres do Estado da Paraíba chegaram mesmo a superar as contribuições da própria capital.

Baseados nestes dados fiscais os porta vozes da elite campinense não cansavam de reivindicar ao governo paraibano mais atenção para as necessidades da cidade como, por exemplo, a execução de obras de natureza infra-estrutural, apanágios dos seus desejos

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático "História Cultural", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

³ O nome de fundação da vila que viera desaguar em Campina Grande foi Vila Nova da Rainha.

modernizantes. Portanto, esta pretensa supremacia econômica teve reflexos muito fortes no universo simbólico que, tanto quanto as próprias práticas econômicas, imprimiu as suas marcas na elaboração daquela cidade.

Em nome do progresso e da civilidade campinenses costumes antigos passaram a ser questionados e até mesmo ridicularizados em função de práticas novas mais condizentes com o estágio avançado que julgava ter atingido a elite daquela cidade. A luta que esses homens empreenderam através da imprensa local e paraibana contra o estabelecimento da feira livre pelas ruas centrais da cidade e a favor da construção de um moderno mercado público, por exemplo, ilustra, a nosso ver, um vigoroso embate pela materialização do seu ideal de modernização, reflexo nesta tentativa de deslocamento do *Trabalho* e dos trabalhadores para um campo onde prevalecesse um maior controle institucional. Esta luta também é, por outro lado, um evidente sintoma da ansiedade que perturbava os letrados campinenses no seu afã de construir uma cidade moderna a partir do credo modernizante que balizava suas expectativas.

Objeto das querelas estabelecidas entre os grupos políticos que se alternaram no poder em Campina Grande desde os tempos monárquicos, a feira da cidade era espacialmente deslocada de acordo com os interesses privados dos caciques do grupo que estivesse exercendo o poder circunstancialmente, com todas as conseqüências daí decorrentes. Elpídio de Almeida ilustra bem esta situação em sua *História de Campina Grande*.⁴ Para além de suas funções mercantis, ambiente de trabalho, de compra e venda, de abastecimento da população, a feira livre nesta cidade encampou também um importante espectro político mas também simbólico, a ponto de servir de referência, dependendo de sua localização espacial, para se reconhecer, mesmo àqueles a quem a cidade era estranha, que grupo político estava no poder.

A prática do controle político sobre a feira não foi modificada nos anos iniciais da República, e Epaminondas Câmara detectou bem a continuidade do uso político da feira pelos coronéis – agora republicanos por conveniência ou constrangimento – que se alternaram no poder em Campina Grande e enfatizou-a como um cenário no qual cenas de violência e assassinatos foram comumente protagonizados como resultado destas disputas políticas locais.⁵

Mas as representações em torno da feira livre em Campina Grande parecem-nos infundáveis. Os seus desdobramentos simbólicos parecem reativá-la sempre que para ela se

⁴ Veja-se ALMEIDA, Elpídio. *História de Campina Grande*. João Pessoa, Editora Universitária, 1978. Veja-se também GURJÃO, Eliete de Queirós. Para onde o poder vai a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In GURJÃO, Eliete, de Queirós (org.) *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000 (p. 29-57).

⁵ Segundo Elpídio de Almeida, após muitas disputas a feira foi definitivamente localizada na Praça da Independência, de onde sairia apenas em 1941, na administração Vergniaud Wanderley, para os arredores do Mercado Público (*Op. Cit.* p. 278). A construção deste mercado será, mais adiante, objeto de nossa discussão.

voltam os memorialistas através de seus escritos ou mesmo aquelas pessoas que por meio dos seus depoimentos rememoram os tempos considerados áureos desta atividade.⁶

Os apelos dos discursos modernizantes em Campina Grande, sobretudo na década de 1930, voltaram as suas baterias contra a existência daquelas feiras livres. Não foram poucos os letrados locais que clamaram pela extinção do que agora parecia não mais destacar-se como algo que, até certo ponto, era parte constitutiva do próprio mito de fundação desta cidade. Afinal, Epaminondas Câmara já enfatizara a importância desta feira ainda na primeira fase do povoado, ao afirmar: “A primeira fase do povoado caracteriza-se pela atração. Sua feira atraiu almocreves e boiadeiros... E o tipo campinense *local* (o grifo é nosso) formou-se no jogo do comprar muito e vender muito”.⁷

Com base em premissas pretensamente higiênicas, econômicas e morais, pretendeu-se, doravante, “livrar-se” as ruas desta *urbe* do desconcertante incômodo que, repentinamente, passara a agredir a sensibilidade estética desses letrados. Urgia, para este pensamento, a construção de um mercado público que passasse a abrigar aquela feira que tanta grandiosidade já expressara.

Aquilo que tantos dos intelectuais campinenses reivindicavam em nome da civilidade, do progresso e do desenvolvimento que, em sua ótica, aquela cidade já atingira, significa, a nosso ver, um embate contra a tradição em nome de um determinado pensamento reflexo de um desejo modernizador.

Com o objetivo de discutirmos tal embate contra a *Tradição* consideraremos algumas imagens tratando de um mesmo objeto: por um lado, imagens *discursivas* emitidas por representantes dessa elite letrada que, em contato com a onda de um modelo de reformas urbanas que ocorriam no Brasil desde a virada para o século XX, desejavam ardentemente incluir neste processo a cidade de Campina Grande. Por outro lado, recorreremos uma imagem *fotográfica* representando as feiras livres em sua diversidade; acreditamos que este tipo de imagens muito nos informa acerca daquele universo cuja existência, a nosso ver, ultrapassa os meros fins comerciais que, em tese, lhes deram origem.

Ao pensarmos a feira livre como *Tradição* buscamos apoio conceitual nas premissas formuladas pelo historiador Eric Hobsbawm, para quem as tradições são inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, de onde emana “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais normas visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica,

⁶ Recomendamos a leitura de MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhanhém*. Brasília, Thesaurus, 1999, onde o autor narra a epopéia vivida por ele próprio juntamente com a sua família quando migraram para Campina Grande, em 1936. O texto é rico em detalhes do universo das feiras livres na cidade e das expectativas que geravam naquelas pessoas que vinham para Campina na esperança de uma vida melhor.

⁷ Conferir CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande, Editora Caravela, 1988 (p.21-22); conferir também CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In GURJÃO, Eliete de Queirós (org.) *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000, p.58-78.

automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.⁸ Portanto, sendo a feira, historicamente, um dos sustentáculos da economia da cidade desde a sua fundação, pode-se pensá-la como uma *Tradição*.

Consideramos que há entre essas duas imagens o estabelecimento de um conflito envolvendo a tradição e um pensamento modernizador uma vez que elas expressam práticas sociais populares, com origem na tradição,⁹ arraigadas no seio de uma cidade com fortes traços rurais, cujos hábitos e formas de estar no mundo são o resultado de vivências herdadas desde tempos remotos. Na contra mão desses hábitos e com o claro objetivo de desarticulá-los, procurou-se instituir, através de um discurso fundado na cientificidade e na idéia de progresso, novas práticas e hábitos sociais que, na visão dos emissores dessas premissas modernizantes, constituiriam o estabelecimento de uma vida moderna e civilizada em Campina Grande.

O cronista Cristino Pimentel¹⁰ fez de sua coluna intitulada *Coisas da Cidade* uma trincheira da qual ele emitiu as suas tantas apologias em prol dos ideais que animavam os escritos daqueles homens de letras de Campina Grande. Na edição de 4 de dezembro de 1937 do jornal *Voz da Borborema*, ele fez publicar um texto onde reclamava do trânsito de veículos na rua Monsenhor Salles, ao mesmo tempo em que apelou às autoridades competentes medidas urgentes contra a realização da feira que se realizava naquela artéria.

Dia de feira então é um ‘Deus nos acuda’. Tenho assistido muitas senhoras romperem as suas vestes caras em caixões postos nas calçadas. Outras, atropeladas por ganhadores que ali passam carregados; crianças rompendo com dificuldade a feira arrastadas pelas mãos cuidadosas das mães, e homens apressados, tentando passar para os seus negócios, com a raiva saindo da boca e as mãos afastando os fereiros (sic) sem nenhuma delicadeza.

Nas férteis mentes destes articulistas não faltaram imagens para expressar o caos, cada vez mais agudo, que eles pintaram cotidianamente e com o qual desejavam a adesão da opinião pública e das autoridades em favor dos seus propósitos. Apelar para as sensibilidades campinenses contra os constrangimentos a que estavam sujeitos sobretudo mulheres e crianças durante a realização das feiras significou, sem dúvidas, um belo lance neste jogo de convencimento. Percebamos que Pimentel quer fazer crer que a feira, paradoxalmente, estava atrapalhando os homens de negócios, uma vez que constituíam obstáculos para

⁸ Veja-se HOBBSBAMM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições In HOBBSBAMM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, (p. 9-23).

⁹ Aqui nos desviamos do pensamento de Hobsbawm, uma vez que ele entende que devemos, em determinados casos, estabelecer uma distinção entre a tradição e o costume. Ora, é possível separar a repetição do costume? Se o que oxigena a tradição é a repetição, é o costume, consubstanciado nas práticas sociais, que alimenta a repetição, assim, neste caso, não vemos como separar a tradição do costume. Para o folclorista G.L.Gomme (citado por E.P.Thompson), “os costumes são mantidos pela tradição. Devem sua preservação em parte ao fato de que grandes massas populares não participam da civilização que se ergue acima deles e que nunca é criação sua”. Para E.P.Thompson o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. (Veja-se THOMPSON, E.P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p.16).

¹⁰ Este cronista foi um dos mais destacados detratores das feiras livres em Campina Grande em nome da construção de um moderno mercado para a cidade. Sobre a trajetória de Cristino Pimentel leia-se o ensaio Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas, de Fábio G.R.B. Sousa, In Ó, Alarcon Agra et alii. *A Paraíba no Império e na República – estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Idéia, 2003.

estes (a ponto de fazer com a raiva lhes saísse pela boca). Supomos que, com este texto, Cristino Pimentel tenha feito uma autoprojeção sobre o que ele denomina de ‘homens’ e ‘negócios’, uma vez que o nosso cronista era proprietário, na mesma rua Monsenhor Salles, de um ponto comercial denominado *A Fruteira*, onde, para além de frutas, ele servia bebidas e comidas. *A Fruteira* também serviu como ambiente cultural no qual se reunia a elite letrada e políticos da cidade para as suas discussões habituais.

O bacharel Carlos Alencar Agra, valendo-se de um discurso articulado e racionalista, recorreu também a indicadores fiscais para nos apresentar a modernização daquele comércio como um ideal social a ser alcançado. Talvez tenha sido Carlos Agra quem mais sofisticou os argumentos em prol da construção de um mercado público e da extinção das feiras livres em Campina Grande. No dia 12 de junho de 1940 ele fez publicar no jornal *Voz da Borborema*¹¹, um artigo intitulado “O Mercado Público”. Como veremos, esse texto está atravessado por muitas das categorias constitutivas do ideário moderno que tão forte influência exerceu sobre os homens de letras e sobre os reformadores urbanos europeus e brasileiros desde o século XIX, ideário que cimentou pensamentos e ações orientados para o estabelecimento e legitimação de uma nova ordem social fundada na racionalidade científica, promotora do progresso.

O artigo elogia a *moderna* iniciativa do prefeito municipal, Bento Figueiredo, que

Numa larga visão de *administrador moderno*^{*}, apoiado nas observações pessoais no que tange à arquitetura, colhidas no sul do país, teve o acerto de, com o bom senso e sentimento estético que lhe são inerentes, engrandecer Campina com um mercado público, obra portentosa que se ergue no planalto das Pitombeiras desta cidade.

Carlos Agra recorre aos seus conhecimentos em História para justificar a edificação do Mercado Novo na cidade apresentando-o como “fator primacial do progresso”, progresso para o qual deveria concorrer toda a atenção dos poderes públicos.

A função social e a influência que exerceram os mercados na evolução dos povos, no desenvolvimento do comércio e da civilização cabe o justo título de fator primacial do progresso. Não foi sem fundamento que se erigiu em doutrina a “Interpretação Econômica da História”, de vez que, constatado ficou ser o fator econômico a pedra fundamental sobre que repousa todo o edifício da sociedade. Condição de vida, sustentáculo da conservação de indivíduos e nações – o fator econômico, que continua imprimindo ao movimento social e a vida mesma do homem fisionomia e formas que são, positivamente, o reflexo da natureza, crescimento e evolução da produção e da troca – deve ser encarado pelos poderes públicos com a devida atenção que lhe é merecida.

¹¹ Carlos Alencar Agra é considerado ainda hoje por seus contemporâneos campinenses como um dos maiores intelectuais de sua geração. O jornal *Voz da Borborema*, criado na cidade de Campina Grande, circulou de 1937 a 1940 e pertencia à família do interventor Argemiro de Figueiredo. Encontram-se exemplares deste jornal, para fins de pesquisa, no Museu Histórico de Campina Grande, no LAELL (Laboratório de Ensino de Línguas e Literatura da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Campina Grande), e na Faculdade de Comunicação da Universidade Estadual da Paraíba, campus de Campina Grande.

* Os grifos são nossos.

Isso não era pouca coisa. O articulista sugere que o novo mercado concorreria decisivamente para o repouso do edifício social, contribuindo para o sustentáculo e conservação dos indivíduos, tudo isso com base na “Interpretação Econômica da História”. Procurou-se, desta forma, estabelecer-se uma base científica respaldada na História e na Economia sobre a qual repousaria um insistente e recorrente discurso contra a prática das feiras livres no centro de Campina Grande.

O nosso letrado não deixa de valorizar a importância estratégica da contribuição fiscal da cidade para os cofres do Estado, ao mesmo tempo em que lhe atribui importância infra-estrutural e humaniza-a ao dotá-la de valores intelectuais próprios a homens como ele, valores inconciliáveis com a mácula que a feira representava para as suas ruas centrais. Essa abordagem em torno dos “tipos humanos” misturados em práticas puramente mercantilistas feita pelo bacharel Agra nos lança algumas luzes sobre o pensamento de pessoas como ele a respeito da condição humana.

Campina Grande, que é por excelência a fonte donde promana a mais valiosa contribuição econômica em prol do Estado, cuja veia arterial que é o comércio, se desdobra em múltiplas atividades – não podia continuar sem mercado. De outro lado, dotada de saneamento e culta que já é, se enxovalhava com a permanência das feiras no dorso de sua rua principal.

Em seguida, Carlos Agra recheia o seu texto com o discurso preconceituoso com o qual muitos daqueles homens de letras emitiam, indiscriminadamente, as suas impressões sobre determinados hábitos comuns às camadas sociais constitutivas daquela sociedade – a “justaposição heterogênea de tipos humanos” – e as suas práticas sócio-culturais, mas não sem basear-se nas recentes premissas alardeadas pelo saber médico, saber que buscava, com esforço titânico, introduzir novos hábitos no meio urbano condenando práticas tidas como anti-higiênicas e insalubres cujo corolário era a idéia de promiscuidade, incompatível com o progresso em sua cidade. O autor reconhece a praxe, o hábito arraigado das feiras livres naquela sociedade mas, ao decretar a sua incompatibilidade com o progresso, reivindica a sua morte.

As feiras constituídas por uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura, etc. e ainda por um estoque de mercadorias, inequivocadamente, representam a mais visível expressão de promiscuidade. Nesse ambiente, laços que unem pessoas e bens, outros não podem ser senão as relações mercantilistas, interesseiras, de fundo puramente biológico. A praxe das feiras já não se coadunava com o progresso de Campina Grande.

Por fim, amplia o leque de possibilidades do seu texto ao associar o novo mercado a padrões estéticos onde a funcionalidade implicaria uma noção de *ordem* cujo objetivo seria o de retirar de Campina Grande traços *provincianos* e *sertanejos* emblematizados nessas “aglomerações humanas periódicas”. O que esse discurso deixa transparecer, a nosso juízo, é um desejo fervoroso de Carlos Agra – e daqueles que compartilhavam de suas idéias – de

dotar a sua cidade de uma fisionomia urbana moderna, de acordo com os padrões urbanos planejados e desenvolvidos na Europa. Importava para isto a eliminação de todo e qualquer sinal de província e de sertão que Campina Grande ainda guardasse, sacrificando-lhe aspectos caros à sua constituição histórica.

O mercado novo em construção vem dar a Campina Grande um sentido de ordem na sua economia. Sob o ponto de vista estético, não é menos notável o valor que representa desde que, com o seu funcionamento se evitam essas aglomerações humanas periódicas que dão uma totalidade provinciana de cidade sertaneja.

Ao que parece nos colocamos diante de um discurso que exemplifica a projeção dos desejos da intelectualidade campinense que, através dos canais oferecidos pela imprensa escrita, e conhecedores das muitas transformações que varriam não apenas a Europa desde a segunda metade do século XIX mas também as principais cidades brasileiras a partir das décadas iniciais do século XX, poderiam dar vazão aos seus devaneios modernos e com estes projetar mentalmente um modelo de modernização para Campina Grande. Estes escritos nos são úteis também para nos aproximar de um aspecto importante deste ideário que é a rejeição de velhos costumes agora percebidos como óbices ao progresso; revelam alguns dos sintomas de uma oposição consciente à tradição em favor de inovações modernizantes, e indiciam problemas e conflitos daquele período.

Passemos agora a operar as tentativas de leituras das imagens fotográficas a que também nos propomos acima, buscando contextualizá-las e cotejá-las com os discursos emitidos pelos nossos letrados.

Esta foto data do ano de 1937, e representa a feira da cidade, situada no cruzamento das ruas Cardoso Vieira e Venâncio Neiva, região central de Campina Grande.



Foto 1: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Seguindo as trilhas abertas por Carlo Ginzburg para proceder à leitura referida tomaremos como norte teórico o *paradigma indiciário*¹², que tem como base os *vestígios* dos quais as imagens fotográficas são fontes inesgotáveis, através do qual possamos chegar a uma aproximação deste período pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessa-nos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte.

Desejamos fazer uma interpretação *conotativa* dessa imagem, cuja definição, desenvolvida pelo semiólogo francês Roland Barthes¹³, implica numa *imposição de sentido segundo a mensagem fotográfica propriamente dita... A conotação é produzida por uma modificação da mensagem denotada*, isto é, do seu significante. Portanto, corremos deliberadamente o risco de atribuir significados, de tentarmos ir um pouco adiante do que essa imagem expressa na sua superfície plana.

Como vimos nos textos transcritos acima, a tradicional realização das feiras livres nas áreas centrais de Campina Grande foi um dos motes a partir dos quais os letrados locais reivindicaram a instituição do progresso e da civilidade na cidade, reclamaram por sua higienização, e um dos símbolos desta luta foram as recorrentes solicitações por uma área específica para a comercialização de produtos – sobretudo os gêneros alimentícios –, para um local seguro e, acima de tudo, salubre. Foi, portanto, nesse clima *modernizante* que se

¹² GINZBUR, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹³ Veja-se o texto A mensagem fotográfica. In LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (p. 303-316).

buscou, em nome de uma idéia de progresso, erradicar-se hábitos populares como, por exemplo, comprar e comer as frutas na própria feira para logo em seguida atirar ao chão as suas cascas.

Para além das questões relativas à salubridade, tais apelos apresentaram também uma faceta moral: não foram poucas as vozes que clamaram contra a presença das prostitutas que passeavam pelas feiras, desafiando as zelosas e honradas donas de casa que para ali se dirigiam para realizar as suas compras.¹⁴ Foi, portanto, nesse severo clima de preocupações higiênicas e morais pensadas e propostas para Campina Grande, que essa imagem fotográfica da feira foi realizada.

Certamente estamos diante de uma imagem paradoxal, uma vez que um dos valores mais caros ao ideário moderno é o trabalho, uma categoria fundadora de uma determinada ética social que deveria ordenar valores, comportamentos e ações.

Olhando bem para essa imagem verificaremos que ela está plena de trabalho. O seu caráter paradoxal reside no fato de que a feira foi disposta de uma forma quase que caótica, em contraponto com a ordem geométrica das edificações e das pedras do calçamento que lhe servem de cenário. Vemos uma quantidade considerável de pessoas aparentemente desordenadas num fluxo que sugere desordem, desleixo.

Essa imagem certamente justificaria a grita dos letrados campinenses contra a promiscuidade existente nesses locais de comércio: observemos as frutas expostas ao chão, ou mal acondicionadas em cestos e sacos aparentemente precários, em contato direto com as pedras do calçamento. É até possível que os cestos que acondicionam as frutas sejam os mesmos que também aportam nas cabeças dos carregadores, com as suas precárias e sujas vestimentas e os seus pés descalços.

Portanto, a chave para entender o paradoxo nessa fotografia é a idéia de *ordem*. Neste sentido a categoria *Trabalho* sofre um revés desqualificador, uma vez que na modalidade aparentemente anárquica em que era realizado nas feiras livres parecia escapar à vigilância do poder municipal, daí a o nervosismo e a ansiedade dos nossos cronistas por um controle adequado e amplo que, em sua visão, a edificação de um mercado moderno possibilitaria.

As imagens fotográficas para além de expressarem determinadas demandas do poder, determinados feitos do poder em toda a sua pretensa eficiência, prestam-se também para representar imagetivamente os trabalhadores e, em conseqüência, permitem uma leitura que possibilita uma elaboração de sua existência social e, nesse sentido, uma leitura mais ampliada da cidade.

É necessário que se considere a dimensão epistêmica dessas imagens, isto é, estas fotografias como instrumentos de conhecimento na medida em que elas nos informam sobre

¹⁴ Veja-se, sobre esta questão, SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese de Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

objetos, lugares e pessoas, o que nos permite imaginarmos o passado que ela representa, considerando estilos de vida, hábitos sociais, estratégias de sobrevivência e, um dado importante, a presença ostensiva dos pobres na cena urbana, tomando-lhe o primeiro plano. Percebamos a quantidade de crianças circulando nesse universo comercial, muitas delas em atividade de trabalho. Nesse sentido, podemos imaginar a feira no seu caráter pedagógico, contribuindo para a introjeção dos valores do trabalho numa sociedade na qual um dos mais caros sentidos na sua constituição imaginária foi exatamente a sua identificação com a atividade produtiva: estava-se, talvez, implementando-se os alicerces simbólicos da futura “Campina Grande, capital do trabalho”.¹⁵

Como não vemos nessa imagem muito da *tradição* do comércio popular de Campina Grande? A maior parte das pessoas retratadas nessa imagem é constituída aparentemente por pobres. Atente-se para os pés descalços, os chapéus puídos, as roupas desgastadas ou rasgadas... A pobreza que essa imagem da tradição expressa fere o senso estético de sua ilustrada elite. Mas para além dos devaneios estéticos dessa elite que condenava os pobres na sua feiúra, é importante atentarmos para o que essa imagem pode nos revelar acerca das condições de sobrevivência desses homens e mulheres, comerciantes e consumidores aqui retratados.¹⁶

Se as roupas são símbolos de significância ou de degradação social, essa imagem nos conduz a uma leitura que remete a condições de existência bem precárias para a maioria desses trabalhadores.

Essa fotografia revela que a feira em Campina Grande é um mundo a ser descortinado, para além de suas precípuas atividades comerciais. Percebamos também certos hábitos populares que apontam para a descontração: escorar-se às paredes para a conversa entre prováveis amigos indica este ambiente como um espaço de sociabilidade e enraizamento. Lugar de inocência: duas crianças caminham, abraçadas, pela calçada à esquerda, em aparente indiferença ao movimento à sua volta; certamente não são as mesmas crianças referidas por acima por Cristino Pimentel. O contraponto a generalizada pobreza retratada nessa fotografia é o casal que se aproxima da feira, em trajes sóbrios. Observemos a sua vestimenta: o homem de sobrecasaca e chapéu escuros e a mulher, de vestido igualmente escuro, talvez preto. De braços dados, aparentam estar observando o movimento, mas estão igualmente compondo aquele universo indistinto descrito pelo bacharel Carlos Agra como “uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura”, em pleno ato de promiscuidade.

¹⁵ A elite campinense sempre esteve atenta quanto à criação de epítetos grandiloquentes com os quais atribuíam e continuam atribuindo valores simbólicos e reais à Campina Grande: “Liverpool brasileira”; “Capital do trabalho”; “Rainha da Borborema”... Foram expressões muito utilizadas para fixar no imaginário campinense uma valorização positiva de sua cidade.

¹⁶ Veja-se KOURY, Mauro G. P. Fotografia e cidade. In KOURY, Mauro G. P. (org.) *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p. 109-117).

A imagem fotográfica não pode nem deve ser vista como a reprodução exata da realidade. Ela também não é uma linguagem específica fora ou acima do mundo real que lhe dá abrigo. Antes, ela é um componente deste mundo real, de sua experiência social e, nesse sentido, através dos signos próprios deste, nos permite interpretá-lo, extraindo dele significados.

Importa que em seus desejos de modernização, ao condenar e demonizar hábitos populares arraigados e, ao mesmo tempo, reivindicar para Campina Grande um modelo de cidade que lhe era estranho, a elite letrada campinense nada mais fez que projetar imaginariamente um modelo de cidade que estava ainda longe de concretizar-se.

A Campina Grande daqueles anos ainda estava impregnada de valores e hábitos sociais fundados na tradição e cuja maior parte da população sequer compreendia ou se importava com os reclames de setores de suas elites pela modernização da cidade. Conceitos como higienização profilática, saneamento e salubridade estavam distantes dos horizontes de pessoas que costumavam comer frutas na feira e, pelas ruas nas quais elas funcionavam, abandonarem as suas cascas.

Vemo-nos, portanto, diante de imagens que informam acerca de um momento crucial na experiência desta cidade. Um desejo avassalador de modernização varria os corações e as mentes de homens que viam naquele processo a única saída através da qual seria possível modificar hábitos, civilizando-a. Um dos pilares básicos da anticivilização, muitos acreditavam, estava naquelas feiras com toda a gama de práticas sociais ali verificadas e que agora eram consideradas inconvenientes, posto que agrediam a beleza e a higiene ou o que a respeito disto pensavam e acreditavam aqueles pregadores do progresso.

A tradição, representada por aquelas feiras livres, plenas em trabalho, sofria agora um forte golpe desferido pelos idealizadores de um pensamento sobre o norte do progresso que deveria ser dado àquela cidade. Logo as feiras que haviam sido até bem pouco tempo um símbolo da grandeza comercial de Campina Grande. Os tempos estavam mudando. Os tempos de um novo progresso se avizinhavam: tempos de bênçãos mas também de flagelos.

O Trabalho na esfera da Modernização

Não se pode julgar que esta cantilena em torno do desejo de progresso e modernização não tivesse um fundamento prático. Desde o início do século XX Campina Grande já começara a experimentar e conviver com alguns equipamentos de natureza moderna – ou equipamentos voltados para o conforto, como sugere François Béguin¹⁷. O sistema de comunicações por telégrafo já fora implantado na cidade; o transporte ferroviário, desde 1907, já havia

¹⁷ BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In *Espaço e Debate – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n. 34, São Paulo, ano XI, 1991.

transformado o modo de relacionar-se com o tempo e as distâncias entre os campinenses, ligando-os a outras plagas através dos tão comemorados trens, que se prestavam ao transporte de passageiros e da riqueza campinense representada pelo algodão; um serviço telefônico instalado fizera setores privilegiadíssimos da cidade experimentar novas formas de comunicação; o lazer de parte desta população também havia sido favorecido e ampliado com a instalação de cinemas.

Melhoramentos técnicos haviam sido implantados para a otimização do beneficiamento do algodão, como as prensas hidráulicas; a cidade começara a ser servida por um sistema de iluminação pública; um serviço de bondes acionados à gasolina, para serviço de transporte de passageiros já havia sido tentado. Ônibus estavam circulando, transportando passageiros no perímetro urbano campinense; o Banco Auxiliar do Povo, primeira cooperativa de crédito da cidade, estava em funcionamento; fábricas de fiação atuavam na indústria de transformação, ainda que na fabricação de tecidos considerados de qualidade inferior.

O que mais importa, todavia, é que a cidade vivia um clima favorável a grandes expectativas modernizantes, proporcionados por alguns símbolos do mundo moderno com os quais estava convivendo; e o que a sua elite poderia desejar, desde então, era que tal processo de atualização tecnológica se aprofundasse cada vez mais – e isto, de fato, foi desejado.

Pensar no trabalho e nos trabalhadores sob esta pressão progressista; trabalho e trabalhadores que, de alguma forma, haviam sido submetidos aos interesses destes modernizadores, constitui-se numa etapa importante para a compreensão do caráter ambíguo do qual este processo de modernização foi revestido: bênção e flagelo.

Historiadores e sociólogos paraibanos já elegeram como tema de seus trabalhos este momento específico e crucial para a história da Paraíba. Sob prismas teóricos e metodológicos distintos, estes estudiosos têm buscado dar respostas a temas candentes que ainda nos desafiam ao nos imporem questões acerca de nossa constituição social, econômica e cultural.¹⁸

Por ora, interessa-nos mais aquilo que poderíamos qualificar como impactos desta modernização tecnológica na vida dos muitos habitantes de Campina Grande neste período: os letrados, vibrando com os sucessos econômicos dos quais eram apologetas e deles se beneficiavam; e aqueles trabalhadores que a este processo de modernização foram submetidos. Claro está que os conflitos sociais atravessam toda esta trajetória em que

¹⁸ Na verdade é imenso o rol de pensadores que estudaram o Nordeste e a Paraíba: de Celso Mariz a Celso Furtado, passando por José Octávio de Arruda Melo, Francisco Foot e Vítor Leonardi, apenas para citar autores clássicos. Ademais é grande o número de dissertações e teses de mestrado e doutorado abordando estes temas. Com a apresentação destes dois autores que citamos queremos enfatizar distinções de natureza teórica e metodológica. Apresentamos, todavia, alguns autores cujas discussões apresentadas consideramos importantes: AMORIM, Laura Helena Baracuchy. *A Economia Paraibana na Etapa da Articulação Comercial (1930-1970)*. In FERNANDES, Irene Rodrigues e AMORIM, Laura Helena Baracuchy. *Atividades produtivas na Paraíba*. Vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária, 1999 (p. 56); DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas (1850-1930)*. João Pessoa, Manufatura, 2004 (p. 73).

categorias sociais distintas, com interesses distintos, digladiaram-se em busca de afirmação social. Portanto, enfatizaremos as repercussões locais deste embate: não tomaremos estes homens e mulheres como massas amorfas tão comumente diluídas sob a denominação de *classe*. Reconhecemos e afirmamos, no entanto, que as lutas que acompanharemos são, a rigor, lutas de classes, no seu sentido mais formal.

Partimos do princípio segundo o qual a Paraíba e, especialmente, Campina Grande, já contavam com um número suficiente de trabalhadores e trabalhadoras que haviam incorporado ou estavam incorporando os valores do trabalho tal qual vinham pregando os burgueses em sua evangelização, desde o século XIX.¹⁹ Portanto, as ações que esses homens e mulheres realizaram na busca pelo reconhecimento dos seus direitos derivam, em nossa compreensão, da aceitação das regras do jogo impostas ao mundo do trabalho na sociedade moderna.

Começamos o diálogo que queremos estabelecer entre as tantas imagens que referenciam o trabalho sob o prisma modernizante neste período com uma fotografia, feita em 1934, cujo teor é especialmente comemorativo.



Foto 2: Acervo Museu do Algodão. Campina Grande-Pb.

Trata-se do fardo de algodão número 50.000, a ser exportado para Liverpool, Inglaterra, pela firma *José de Brito & Cia.*, empresa considerada como uma das maiores exportadoras de algodão da região. No fardo podemos ler algumas inscrições, com destaque para o

¹⁹ Veja-se neste sentido, GAY, Peter. *O Século de Schnitzler – a formação da cultura de classe média – 1815-1914*. Tradução de S. Duarte, São Paulo, Companhia das Letras, 2002 (p. 210-237).

número “50.000”, a palavra “Liverpool”, suposto destino daquela carga, as iniciais da empresa “J.B. & C”. Podemos ver, em pose, dezenove homens vestidos de terno e gravata, provavelmente proprietários e administradores da empresa, que cercam tão simbólico fardo de algodão, ícone de sua vitória.

De acordo com a legenda que acompanha esta imagem somos informados que a empresa responsável pelo enfardamento do algodão foi *José de Vasconcellos & C*. A mesma legenda informa que esta empresa era a maior do mundo em sua especialidade. Como se pode observar, a produção de superlativos para significar e valorizar Campina Grande é uma estratégia antiga de sua elite.

Esta imagem também é importante porque nos apresenta aspectos do interior do espaço físico destinado ao trabalho; ela igualmente estabelece, de pronto, a distinção entre uma elite proprietária e administrativa e aqueles que julgamos ser alguns dos trabalhadores daquela empresa. Olhando para o fundo da imagem poderemos ver a luz que entra no recinto através de três pequenas aberturas na parede, em forma de janelas, para a circulação do ar. A luz, ao incidir sobre a pilha de fardos de algodão, empresta-lhes um interessante destaque no conjunto da imagem; vemos também além dos fardos de algodão alguns homens – inclusive dois adolescentes à direita, próximos à parede – que somos tentados a imaginar que são os responsáveis pela transformação do algodão nos fardos que vemos, pela manipulação dos equipamentos que beneficiavam o *ouro branco*.

Temos, assim, a possibilidade de uma leitura interessante: no plano mais amplo, a internacionalização da cidade de Campina Grande através do vigoroso comércio algodoeiro mundial; a sua ligação com uma das maiores praças comerciais da Terra e os conseqüentes lucros e glórias – as bênçãos – que esses negócios proporcionavam àquela parcela constituída pelos comandantes campinenses daquela atividade, alguns representados no primeiro plano desta imagem.

Aparentemente destinadas a produzirem cenas positivas que valorizassem a Campina Grande e o seu desenvolvimento comercial, imagens como esta não nos mostram as dores, as lágrimas, o desespero – os flagelos – pelos quais tantos daqueles trabalhadores passaram para colocar esta cidade neste auspicioso contexto mundial, onde a modernização da produção e das condutas era o grande guia nesta marcha. Flagelos como o que narrou, resignado, o coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura, à guisa de dedicatória no seu *Reminiscências*, ao escrever: “À imperecível memória dos meus queridos mortos, sintetizada neste meu boníssimo e mui dileto filho, Joaquim Inácio Coutinho de Lima e Moura, *sacrificado no exercício das funções de seu cargo, trabalhando dia e noite, como*

fiscal da prensa de algodão, onde adquiriu a moléstia que o vitimou aos 32 anos, no dia 10 de março de 1939".²⁰

Assim, diante de imagens tão diferentes como formas de representação, mas igualmente estimulantes e imprescindíveis para a compreensão de um determinado período histórico, podemos perceber uma relação nada tranqüila entre o trabalho e o progresso e a modernização. Progresso e modernização, expressões que tanto animavam a elite daquela cidade.

No entanto, houve espíritos que se voltaram, preocupados, contra o norte que tal processo estava tomando. Não se tratava, é claro, de colocar óbices a tal processo, mas de apontar-lhe os defeitos, buscar soluções para corrigi-los e aperfeiçoá-los: é o que se pode depreender da longa matéria veiculada pelo jornal *Voz da Borborema*, em 6 de outubro de 1937, sob o título "O "bezouro" (sic) do industrial Britto Lyra está prejudicando os moradores de sua vizinhança. Urge uma providência imediata, em benefício da saúde pública".²¹

O conhecido industrial Britto Lyra tem instalado em prédio da rua Irineu Joffily, um maquinismo de beneficiar o sub-produto do algodão, aos quais a gíria do comércio denomina *bezouro e piolho*, respectivamente.

O *bezouro* é uma máquina aperfeiçoadíssima que retira do caroço do algodão até não mais poder a última fibra, mas, fazendo um escarcéu tão danado e deitando pelo mundo uma nuvem de poeira tão espessa e incomodativa, que não há quem possa suportar.

Todos os operários empregados no penoso serviço dessas máquinas progressistas, porém, mortíferas, são geralmente atacados do mal de consumção (sic). É raro o trabalhador de *bezouros*, que não termine tuberculoso. Não obstante, a nossa legislação trabalhista esqueceu de impor aos industriais de *bezouros*, a obrigação de amparar a saúde dos seus operários, com os meios científicos empregados na América do Norte, por exemplo, onde só se trabalha em algodão utilizando máscaras protetoras.

A imprensa local tem chamado a atenção dos poderes públicos, por mais de uma vez, para a solução desse problema, que dia a dia se agrava, em detrimento da saúde dos moradores e das ruas que ficam adjacentes à casa onde o industrial Britto Lyra tem montada a sua fábrica de beneficiar o subproduto de nossa principal fonte de riqueza pública.

Pobres operárias, lavadeiras e engomadeiras, residentes em casebres localizados na rua que fica por trás do referido *bezouro*, estão impossibilitadas de ganhar o pão cotidiano, porque não podem trabalhar no seu mister, com a poeira intensa que se desprende do bueiro da fábrica, sujando de maneira impiedosa o seu mortificante serviço.

Os habitantes das ruas 13 de Maio, Tiradentes, Irineu Joffily, Sólon de Lucena e Otacílio de Albuquerque, vivem atacados de uma gripe permanente, a tossir de rebentar, com o algodão desfeito em pó a se infiltrar por toda parte, danificando ainda móveis e utensílios das residências.

A grita em torno desse problema tem tomado tamanho vulto, nesses últimos dias, que resolvemos ir ver de perto o que de fato ocorre com o funcionamento daquele *bezouro*, em relação às ruas que lhe são vizinhas.

E, francamente, não podemos deixar de fazer eco com as justas reclamações do povo, porque, não é possível que em benefício de um só indivíduo, fique grande parte da população de uma cidade prejudicada nos seus interesses materiais e ainda mais na sua saúde, consentindo-se no funcionamento de um mecanismo, que da natureza dos tais *bezouros* só deveriam ser localizados em pontos afastados do perímetro urbano.

²⁰ Este livro, sem referências bibliográficas, encontra-se no acervo do Museu Histórico de Campina Grande. Os grifos são nossos. Infelizmente o autor não informa em que empresa trabalhava o seu filho.

²¹ VB, quarta-feira, 6 de outubro de 1937, Ano I, n. 24, p. 3.

O industrial Britto Lyra tem meios para remediar esse grande mal, adaptando à aparelhagem de sua fábrica, dispositivos que captem a poeira que se desprende do beneficiamento de algodão. Se ainda não os utilizou é porque ainda não o quis.

Enquanto ele continua surdo às queixas dos prejudicados, fazemos daqui um caloroso apelo, em nome da saúde da população, aos poderes públicos, para que este problema seja resolvido quanto antes, atendendo-se ao comesinho direito de viver que é atribuído a toda gente e ao sábio axioma que diz que “o sol quando nasce é para todos...”

A relação entre modernização e insalubridade não poderia estar tão bem expressa. Reconhece-se o caráter “aperfeiçoadíssimo” do maquinário em sua função fim mas, ao mesmo tempo, reclama-se do “escarcéu danado” e da poluição, subprodutos da ação destes equipamentos, assim como se lamenta seus efeitos nefastos sobre a saúde dos operários ali empregados; denuncia-se o prejuízo causado a vizinhança e também ao trabalho das lavadeiras e engomadeiras que eram prejudicadas pela ‘poeira intensa’ que comprometia seriamente o seu “mortificante serviço”.

Ao mesmo tempo em que o autor da matéria chama a atenção do poder público para aquele fato que estava desordenando uma comunidade, prescreve o processo que a indústria algodoeira praticava nos Estados Unidos como modelo a ser adotado pelo industrial Brito Lira que, pelo que nos é dado a conhecer pela matéria em tela, não estava muito preocupado com a saúde dos seus operários – não obstante a Legislação Trabalhista em funcionamento no país – e nem tampouco em adequar o maquinário de sua empresa a ponto de evitar os transtornos sociais que estava causando.

Tais antagonismos podem ser encontrados em muitos processos relativos a acidentes de trabalho nos mais diversos setores: na indústria têxtil, em engenhos beneficiadores de fibras, nos serviços de iluminação elétrica, nas indústrias de beneficiamento de algodão. Todas essas imagens nos fazem deparar com a face nefasta da modernização. Aliás, neste tipo de documentação, nos é dado perceber muito da experiência vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram, com a sua força de trabalho, para este tão festejado processo de modernização em Campina Grande. Processo que cobrou, naquelas circunstâncias, um preço muito alto àqueles que dele não puderam defender-se. Esta experiência modernizadora, para muitos destes homens e mulheres, revelou-se como tribulação, dor e morte.²²

²² Levantamos alguns processos de acidentes de trabalho havidos entre os anos 1930 e início dos anos 1950, que pesquisamos em trabalho exploratório junto ao Depósito Judiciário do Fórum Affonso Campos, na cidade de Campina Grande. Processos que nos mostram as frágeis condições de trabalho com que os trabalhadores campinenses se depararam ao longo deste processo de modernização e, em função de condições tão precárias, as suas vidas estiveram tantas vezes em perigo. O sofrimento causado por estes acidentes, durante os quais não foram incomuns amputações e até casos de morte, deixou marcas indeléveis em homens e mulheres. Infelizmente não podemos, por razões de espaço, discutir aqui estes processos, mas os indicaremos: O processo envolvendo a operária Maria Miná da Silva – vítima de acidente de trabalho – e a empresa Marques de Almeida & Cia. pode ser encontrado no Depósito Judiciário do Fórum Affonso Campos, na cidade de Campina Grande. *Caixa 210, 2ª Vara Cível – Acidentes de Trabalho – Diversos Anos*; Processo de Ação Indenizatória movido por Severino Pereira de Maria, operário da Empresa de Luz de Campina Grande, vitimado quando ajudava na montagem de um motor para esta empresa, contra a Companhia Internacional de Seguros encontra-se no Depósito Judiciário do Fórum Affonso Campos, 2ª Vara Cível, *Caixa 209, “Acidente de Trabalho – Diversos Anos”*; Processo de indenização aberto pelos pais de João Laurentino de Melo, morto quando trabalhava numa máquina no Engenho São João – João Laurentino de Melo e Maria Laurentina da Conceição – contra o proprietário do engenho, Luiz de Melo, e a seguradora Indústria e Comércio S/A.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Elpídio. *História de Campina Grande*. João Pessoa, Editora Universitária, 1978.
- AMORIM, Laura Helena Baracuh. A Economia Paraibana na Etapa da Articulação Comercial (1930-1970). In FERNANDES, Irene Rodrigues e AMORIM, Laura Helena Baracuh. *Atividades produtivas na Paraíba*. Vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária, 1999.
- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (p. 303-316).
- BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In *Espaço e Debate – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n. 34, São Paulo, ano XI, 1991.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande, Editora Caravela, 1988.
- CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In GURJÃO, Eliete de Queirós (org.) *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000, p.58-78.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas (1850-1930)*. João Pessoa, Manufatura, 2004.
- GAY, Peter. *O Século de Schnitzler – a formação da cultura de classe média – 1815-1914*. Tradução de S. Duarte, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GURJÃO, Eliete de Queirós. Para onde o poder vai a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In GURJÃO, Eliete, de Queirós (org.) *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000 (p. 29-57).
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições In HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- KOURY, Mauro G. P. Fotografia e cidade. In KOURY, Mauro G. P. (org.) *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p. 109-117).
- MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhaném*. Brasília, Thesaurus, 1999.
- MOURA, Francisco Coutinho de Lima. *Reminiscências*. Sem referências.
- SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese de Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.
- SOUSA, Fábio G.R.B. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas, de In Ó, Alarcon Agra et alii. *A Paraíba no Império e na República – estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Idéia, 2003.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.